

Que Europa no início do milénio?

Declaração dos movimentos católicos de base sobre a Europa futura
Cinquenta anos depois do Tratado de Roma

No nosso continente, a colaboração entre os estados que deram vida à União Europeia foi uma empresa altamente positiva na história das últimas décadas. Neste momento, após a queda do muro de Berlim e do fim da bipolaridade, a Europa apresenta-se perante desafios inéditos: a abertura, já em curso, aos países de Leste e depois à Turquia, o seu papel no mundo, a forte imigração proveniente de países de fora da União, o funcionamento das suas instituições e a sua própria coesão interna, a equidade social e o crescimento sustentado da economia.

Por ocasião dos cinquenta anos da assinatura do Tratado de Roma, os estados europeus procuram enunciar valores e estratégias para fazer face às dificuldades presentes. Também os bispos europeus preparam documentos e iniciativas, sem porém lhes associarem muito o povo de Deus. Quanto a nós cristãos e cristãos que vivem a sua fé na Igreja católica sem exercer qualquer cargo, queremos também contribuir para a reflexão sobre a Europa sobre algumas questões de fundo:

1. O papel da Europa no mundo deve estar no primeiro plano de preocupações. Não basta propor uma política externa comum, é preciso dizer qual esta será. Pensamos que a Europa pode e deve:
 - Assumir um papel diferente daquele que desempenhou no passado, por meio de políticas comunitárias, em face das grandes instituições internacionais (Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio), naquilo que diz respeito às relações entre o Norte e o Sul do mundo, por forma a combater os efeitos negativos da mundialização liberal, a promover um desenvolvimento sustentável e a combater a pobreza;
 - Marcar na cena internacional uma clara descontinuidade com o passado, afirmando a sua independência face à única potência global restante, por forma a tornar-se ponto de referência para uma política de mediação e de paz nas zonas de conflito (sobretudo no Médio Oriente e em África), como lhe é frequentemente pedido;
 - Levar a cabo, em consequência, uma política de separação das suas estruturas militares próprias daquelas dos Estados Unidos, empenhar-se na redução das suas despesas militares, interromper toda a exportação de armas e simultaneamente lançar iniciativas próprias ou promover as dos estados membros ou de organizações da sociedade civil em matéria de acções não-violentas de prevenção, mediação e de gestão de conflitos;
2. Os direitos dos cidadãos e dos trabalhadores são afirmados em vários textos oficiais da União Europeia, mas a sua protecção deve ser posta em prática com uma maior determinação. Em particular, os direitos sociais fundamentais estão ainda garantidos de forma insuficiente uma vez que prevalecem a ideologia e o sistema do liberalismo económico. Os problemas postos pela defesa das conquistas sociais devem enfrentar-se com prudência e equidade, por forma a evitar a formação de novas grandes bolsas de pobreza entre as pessoas mais fragilizadas (reformados, desempregados, jovens famílias numerosas...). A própria igualdade de género não é ainda suficientemente protegida e promovida.
3. Sobre o nosso continente, os "últimos" de que fala o evangelho são os trabalhadores, e suas famílias, que provêm de países de fora da Comunidade. A política da U.E. e dos países membros não está à altura das necessidades e das esperanças legítimas tanto das pessoas que já chegaram à Europa, como daquelas que querem a ela chegar. Esta está, além disso, pouco consciente da chegada destas novas energias à sociedade europeia.
4. Os poderes criminais estão em expansão, relacionados com a mundialização da economia e da comunicação e estendem-se em toda a Europa sem que as instituições tenham consciência da gravidade desta realidade e a ataquem de maneira modo radical e contínua.

Enquanto fazemos estas propostas por uma nova Europa, com espírito voltado para o evangelho, não compreendemos nem apoiamos as repetidas declarações e o activismo dos bispos para obter a inscrição nos textos constitucionais da U.E. e na futura "Declaração de Berlim" referências às "raízes cristãs" da Europa e mesmo a invocação a "Deus". Com efeito, estamos convencidos que a história da Europa foi marcada por muito mais que uma cultura, que mesmo a forte marca deixada pelo cristianismo inclui muitas coisas sombrias, e que a separação da esfera religiosa da esfera política é um grande valor, humano e cristão.

Além disso, existe o risco que, devido às reivindicações dos bispos, outros venham por sua vez reclamar a sua própria "identidade" e que se criem assim incompreensões e divisões inúteis e ultrapassadas.

A Palavra de Deus, para ser escutada e acolhida, não tem necessidade de reconhecimentos ou de papéis a desempenhar, atribuídos pela autoridade civil. Ela deve ser proposta por uma Igreja pobre e por um ministério gratuito. Parece-nos que basta a garantia de liberdade religiosa, incluindo a da sua manifestação colectiva, que está prevista no artigo 10 da Carta de Direitos Fundamentais (Carta de Nice), e não nos parece então oportuna a presença institucionalizada das Igrejas no funcionamento da U.E. (art. 52. 3 do projecto de Constituição Europeia). Parece-nos suficiente que as Igrejas e as suas organizações façam ouvir a sua voz nas modalidades ordinárias previstas pelo art. 47, segundo as regras da democracia participativa.

Formulamos assim o voto de que os católicos dos países europeus se empenhem em discutir, com toda a liberdade, a situação actual das relações entre Igrejas e Estado, que são diferentes de país para país, mas que são, em quase toda a parte, fundados sobre um regime que privilegia a Igreja Católica. Nós desejaríamos então que esta reflexão seja inspirada na Constituição conciliar *Gaudium et Spes*, em particular no seu capítulo 76, onde é afirmado que a Igreja "não coloca a sua esperança nos privilégios atribuídos pela autoridade civil, e desde logo renunciará ao exercício de certos direitos adquiridos legitimamente, onde ela constatar que o seu uso poderia fazer duvidar do seu testemunho". Estamos conscientes que pôr estas relações em debate significa também pensar uma Igreja cada vez mais Povo de Deus e cada vez menos estrutura hierárquica. Foi o que propôs, e começou a fazer, o Concílio Ecuménico Vaticano II.

Enquanto reflectimos sobre o futuro da Europa num período crítico da história da humanidade, estamos conscientes de todas as responsabilidades que nos cabem directamente no caminho ecuménico das Igrejas cristãs -- demasiado lento, uma vez que o povo cristão já está mais à frente do que aqueles que o conduzem. De todo o modo, pesa sobre nós a responsabilidade de um diálogo com as outras religiões, em particular com o Islão. A convergência das religiões sobre os grandes objectivos duma ética social comum e de uma vida em comum dos povos seriam para o nosso continente e para as suas instituições uma contribuição extraordinária. As palavras do evangelho guiam-nos e dão-nos a esperança de que uma nova Europa possa contribuir à construção de um outro mundo possível.

European Network Church on the Move
Fédération des Réseaux de Parvis (47 associations)
Redes Cristianas (80 associations)

Catholics for Free Choice (CFFC)
Pavés

Wir sind Kirche, Germany

Iniziativa Christenrechte in den Kirke

Iglesia de Base de Madrid

Dones creients, Valencia

Catòlics por el derecho a decidir

Somos Iglesia

David et Jonathan

Observatoire chrétien de la laïcité

Nous sommes aussi l'Eglise

Partenia 2000

Demain l'Eglise

Femme et hommes en Eglise

Esperance 54, Nancy

Chrétiens pour une Eglise dégagée de l'Ecole
confessionnelle

Fraternité Agapé

Amis du 68 rue de Babylone, Paris
SEL 85

Droits et libertés dans les Eglises

Humanistes et Croyants 35

Chrétiens sans frontières, Gironde

Recherche et Partage, Valence

Equipe National et d'Animation des

Communautés de Base

Jonas-Vosges

Nos Somos Igreja

We Are Church, Finland

Initiativgruppe "Für eine lebendigere kirche"

Comunità cristiane di base italiane

Noi Siamo Chiesa

Rome-Berlin-Lisboa 25 de Março de 2007